



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
CAMPUS MACAPÁ

CRISTIANE DA COSTA LOBATO  
LIDIA DA SILVA TEIXEIRA

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA COMBATER A  
EVASÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

MACAPÁ-AP

2022

CRISTIANE DA COSTA LOBATO  
LIDIA DA SILVA TEIXEIRA

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA COMBATER A  
EVASÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga do curso superior em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Macapá.

Orientador: Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro

MACAPÁ – AP  
2022

**Biblioteca Institucional - IFAP**  
**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

L796p Lobato, Cristiane da Costa  
A permanência estudantil como estratégia para combater a evasão  
universitária nos cursos de graduação / Cristiane da Costa Lobato, Lidia da  
Silva Teixeira. - Macapá, 2022.  
54 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Curso de  
Licenciatura em Pedagogia (EaD) - Polo Macapá, 2022.

Orientador: Valdiney Valente Lobato de Castro.

1. Ensino superior. 2. Permanência estudantil. 3. PNAES. I. Teixeira,  
Lidia da Silva. I. Castro, Valdiney Valente Lobato de, orient. II. Título.

CRISTIANE DA COSTA LOBATO

LIDIA DA SILVA TEIXEIRA

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA COMBATER A  
EVASÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga do curso superior em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *campus* Macapá.

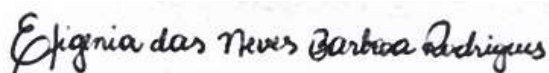
Orientador: Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro

**BANCA EXAMINADORA**



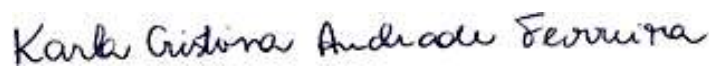
---

Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro (Orientador)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



---

Profa. Dra. Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues  
Universidade Federal do Amapá



---

Profa. Ma. Karla Cristina Andrade Ferreira  
Universidade Federal do Amapá

Apresentado em: 16 / 04 / 2022.

Nota: 10,00

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria a nós concedida.

Aos nossos cônjuges pela parceria ao longo de nossa jornada acadêmica.

Ao orientador, o professor Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro, por aceitar conduzir este trabalho de pesquisa.

À mentora, Dr<sup>a</sup> Islane Martins, pelas orientações da escrita científica.

Aos professores, aos tutores, Clebson Simplício e Marise Nunes, e à coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia, Cristina Coutinho, pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos professores membros da banca de defesa por suas valiosas contribuições.

E ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá pela promoção do curso em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

Dedicamos este trabalho à equipe da Assistência Estudantil dos campi do IFAP pela excelência do trabalho prestado, bem como aos estudantes, por serem a razão do objeto desta pesquisa e da busca de nosso aprimoramento profissional.

## RESUMO

As ações de permanência estudantil são aquelas que visam garantir o direito social à educação instituído pela política de assistência estudantil, com suporte pedagógico, multidisciplinar, material e financeiro. Dessa maneira, elas são um dos fatores decisivos para a permanência dos acadêmicos na instituição e na conclusão exitosa do curso. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as ações favorecedoras da permanência de estudantes dos cursos de graduação. Para tanto, foi realizada uma busca das referências nas bases de dados de Periódicos CAPES e Google Acadêmico nos últimos cinco anos (2017 a 2021), utilizando-se as palavras-chave “ensino superior”, “permanência estudantil” e “PNAES”. A busca permitiu a identificação de quarenta e uma produções científicas que se adequaram aos critérios estabelecidos. A partir da análise dos dados foi possível verificar que 49% dos artigos falaram sobre apoio financeiro e material, 29,30% sobre apoio pedagógico, 19,50% sobre apoio digital, 19,50% sobre pesquisa e extensão, 17,10% sobre atenção à saúde (apoio psicossocial), 17,10% sobre apoio simbólico, 12,20% sobre apoio multiprofissional, 7,3% sobre inclusão e acessibilidade, 7,3% sobre ferramentas multiprofissionais e 7,3% de estrutura física. Portanto, foi possível concluir que existem ações favorecedoras da permanência estudantil, contudo as ações de transferência de renda são as que mais destacam-se pelas instituições de ensino superior, encobrendo-se às demais formas de apoio interdisciplinar e ações interventivas que contribuem para minimizar a evasão universitária. Assim, é preciso fomentar também ações voltadas às dificuldades simbólicas e de afiliação, culturais, psicológicas e de apoio pedagógico dos discentes, havendo, desse modo, mais equidade nas ações, as quais precisam ser desenvolvidas de maneira integrada pelas equipes multidisciplinares da Assistência Estudantil e demais setores da instituição.

Palavras-chave: ensino superior; permanência estudantil; PNAES.

## ABSTRACT

The student permanence actions are those that aim to ensure the social right to education instituted by the student assistance policy, with pedagogical, multidisciplinary, material, and financial support. Thus, they are one of the decisive factors for the permanence of the students in the institution and the successful conclusion of the course. Therefore, the aim of this study was to analyze, through an integrative literature review, the actions favoring the permanence of undergraduate students. For that, a search of references was carried out in the databases of CAPES Periodicals and Google Scholar in the last five years (2017 to 2021), using the keywords “higher education”, “student permanence” and “PNAES”. The search allowed the identification of forty-one scientific productions that fit the established criteria. From the data analysis, it was possible to verify that 49% of the articles talked about financial and material support, 29.30% about pedagogical support, 19.50% about digital support, 19.50% about research and extension, 17.10% on health care (psychosocial support), 17.10% on symbolic support, 12.20% on multiprofessional support, 7.3% on inclusion and accessibility, 7.3% on multidisciplinary tools and 7.3% on physical structure. Finally, it was possible to conclude that there are actions that favor student permanence, however, income transfer actions are the most prominent by higher education institutions, hiding from the other forms of interdisciplinary support and interventional actions that contribute to minimizing university dropout. Then, it is also necessary to promote actions aimed at the symbolic and affiliation, cultural, psychological, and pedagogical difficulties of the students, thus having more equity in the actions, which need to be developed in an integrated manner by the multidisciplinary teams of the Student Assistance and other sectors of the institution.

Keyword: higher education; PNAES; student permanence.

## **LISTA DE FIGURA**

Figura 1 - Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos trabalhos

23

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa

25

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Ações de permanência estudantil da revisão da literatura: áreas estratégicas do PNAES	32
Gráfico 2 - Ações de permanência estudantil da revisão da literatura: para além do PNAES	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADA	Programa de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes dos Institutos Federais
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa Bolsa Permanência
PICS	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SARE	Sistema de Acompanhamento da Realidade do Estudante
SARS-CoV-2	Coronavírus Covid-19

SISU

Sistema de Seleção Unificada

UNE

União Nacional de Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	20
<b>2.1</b>	<b>Objetivo geral</b>	20
<b>2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	20
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	21
<b>4</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	24
<b>4.1</b>	<b>Resultados</b>	24
<b>4.2</b>	<b>Discussão e análise</b>	32
4.2.1	Ações durante a pandemia da Covid-19: inclusão digital, apoio financeiro, material e psicológico	33
4.2.2	Demais ações de apoio financeiro e material	35
4.2.3	Apoio pedagógico	37
4.2.4	Ações simbólicas	38
4.2.5	Apoio psicossocial	40
4.2.6	Apoio multiprofissional	41
4.2.7	Inclusão e Acessibilidade	42
4.2.8	Pesquisa e extensão	43
4.2.9	Ferramentas multiprofissionais	43
4.2.10	Estrutura física	44
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	46
	<b>REFERÊNCIAS</b>	48

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas sociais de educação, de permanência estudantil, de expansão das instituições de ensino superior e de ações afirmativas têm contribuído para a mudança do perfil dos estudantes que acessam as universidades, bem como com estratégias que combatam o fenômeno da evasão acadêmica.

Dessa maneira, o termo política social, de forma geral, é usado para designar políticas públicas adotadas pelos governos visando, assim, a garantia da proteção contra os riscos sociais e a promoção do bem-estar dos cidadãos (MENICUCCI; GOMES, 2018).

Sendo assim, as políticas educacionais também visam atender discentes em vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAES, 2010; PNAS, 2004).

Já as ações afirmativas são definidas como um conjunto de políticas públicas que tem como objetivo a correção da discriminação racial, de gênero, da deficiência física e de posição social, além da promoção da igualdade de oportunidades (SOUZA; CIPRIANO, 2020; BRASIL, 2010b).

Dito isso, as políticas de permanência estudantil são ações e/ou estratégias desenvolvidas pelas instituições de ensino para proporcionar a continuidade e/ou conclusão do curso pelo acadêmico, em decorrência de dificuldades que possam inviabilizar a finalização exitosa da graduação (MENDES, 2020).

Logo, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é preconizado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 206, sendo reforçado pelo artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação de 1996 (BRASIL, 1998, 1996).

Dessa maneira, a legislação propõe a democratização e o direito à educação gratuita e de qualidade e, por sua vez, o Estado deve garantir condições de acesso e permanência estudantil através de políticas públicas (BRASIL, 1988, 1996).

Além disso, a partir da década de 2000, elas surgiram com o intuito de promover a democratização da universidade e, para isso, foram criados projetos e programas governamentais de combate às desigualdades no ensino superior e na sociedade, proporcionando o processo de democratização do acesso (CARVALHO, 2020).

Assim, os programas de expansão e interiorização das instituições de ensino superior

implicaram na ampliação das universidades e de matrículas, em atendimento ao Plano de Nacional de Educação, cujo decênio de 2001-2010 demonstrou a pretensão do Estado em investir na educação superior, com a elevação da taxa líquida de matrículas em pelo menos em 30% a matrícula na faixa etária de 18 a 24 anos (BRASIL, 2001).

Já no decênio 2014-2024 pretende-se ascender para 33% nesta mesma faixa etária (BRASIL, 2014). Todavia, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa atual de matrícula está em 25,5% e a taxa de evasão (desistência do curso) em 59% (BRASIL, 2021).

Dito isso, historicamente, o ensino superior no Brasil foi implementado no século XVII em atendimento, primeiramente, às elites sociais e econômicas do país, sendo que foram raros os casos em que os filhos de famílias menos abastadas tiveram acesso à graduação. Por conseguinte, até hoje, o ingresso nessa modalidade de ensino continua sendo visto como uma forma de status e ascensão social e econômica (BUENO; FERNANDES, 2017).

Ao passo que, a partir da década de 2000, as políticas públicas de expansão e interiorização surgiram com viés de democratização da universidade, assim, foram criados projetos e programas governamentais de combate às desigualdades no ensino superior e na sociedade, proporcionando o processo de democratização do acesso (CARVALHO, 2020).

Dessa maneira, foram implementados o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2001, o Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2010 e a Lei de Cotas em 2012 (FONAPRACE, 2016).

Além disso, o Reuni é indicado como o responsável pela interiorização das universidades no país e pelo aumento do número de vagas. Ademais, o Sisu e a Lei de Cotas, promoveram a mudança no perfil dos estudantes universitários da rede pública federal, isto é, mais feminina, popular e negra, reduzindo, portanto, o caráter elitista do ensino superior (CARVALHO, 2020; FONAPRACE, 2016).

Assim sendo, mediante a expansão das universidades, a ampliação das vagas e a inserção de estudantes oriundos de camadas sociais mais vulneráveis e populares na educação superior, também surgiram a necessidade de políticas que assistissem à permanência e à conclusão do curso na universidade (BUENO; FERNANDES, 2017).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi instituído através da Portaria Normativa nº 39, em 2007, no entanto, foi somente a partir do Decreto Presidencial nº 7.234, em 2010, que houve a implementação do Programa, dando-lhe o peso de política. Sendo assim, o PNAES surgiu em virtude de lutas sociais, por meio de

representações de instituições federais de ensino superior (CARVALHO; DIAS, 2021; CARVALHO, 2020).

Um exemplo disso foram o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Associação Nacional dos Dirigentes dos Institutos Federais (ANDIFES) e a União Nacional de Estudantes (UNE) (CARVALHO; DIAS, 2021; CARVALHO, 2020).

Portanto, o PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010a).

Logo, as ações de assistência estudantil deste programa são ofertadas através de dez áreas estratégicas de permanência estudantil, que caberá à Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia definirem os critérios e a metodologia de seleção dos discentes a serem beneficiados (BRASIL, 2010a).

Com isso, as áreas estratégicas são: moradia estudantil, transporte, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Além dessas dez áreas, incluem-se as estratégias de ensino, pesquisa e extensão das IFES e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2010a).

E o PNAES delimita o perfil dos estudantes que serão atendidos pela assistência estudantil, ou seja, aqueles, prioritariamente, oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010a).

Em outras palavras, essas áreas objetivam democratizar as ações de permanência estudantil, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de retenção e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras e, assim, promover a inclusão social pela educação, conforme preconiza o PNAES (BRASIL, 2010a).

Outrossim, abordar a permanência estudantil está atrelada à evasão universitária. Pois, observar e realizar um estudo que diagnostique as causas da retenção e evasão, podem auxiliar na implementação de ações para a permanência dos estudantes na instituição (BUENO; FERNANDES, 2017).

Desse modo, de acordo com o INEP, a evasão é a saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo, exceto falecimento), representando, portanto, condição terminativa de insucesso. Dessa maneira, compromete a promoção da ampliação do conhecimento, do desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de

competências almejadas para o respectivo nível de ensino (INEP, 2017).

E ainda, a evasão escolar acontece de três possíveis maneiras: a) do curso de origem, sem concluí-lo, b) da instituição, com desligamento da instituição em que estava matriculado e c) a do sistema, com a saída, definitiva ou temporária, do ensino superior, conforme apontado na pesquisa da Comissão Especial sobre Evasão nas Universidades Públicas (MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU, 1996).

Já de acordo com o Censo da Educação Superior de 2019 do INEP a situação de desvinculo com o curso é aquele estudante que não possui vínculo com o curso por motivos de evasão, abandono, desligamento ou transferência para outra Instituição de Ensino Superior – IES (BRASIL, 2021).

E o Censo do INEP de 2019 traz três dimensões de análise de indicadores de trajetória acadêmica: a permanência, a desistência e a conclusão. A primeira trata-se de vínculos ativos através das situações de cursando ou matrícula trancada. A segunda corresponde ao desvinculo com o curso ou transferido para outro curso na mesma IES. E a terceira corresponde à situação de formado, encerrando-se, portanto, o vínculo com o curso (BRASIL, 2021).

Com base nisso, o Censo da Educação Superior de 2019 do INEP aponta que 40% concluíram, 59% desistiram do seu curso de ingresso durante esse período e 1% permaneceu. E ainda, 38% dos ingressantes de 2010 já desistem de seu curso de entrada ao final do 3º ano (BRASIL, 2021).

Por outro lado, em termos de desistência, os ingressantes presenciais de 2010 representam 59%, enquanto os ingressantes a distância representam 63%. Em ambas as modalidades de ensino, permanecem no curso 1% dos ingressantes (BRASIL, 2021).

Desse modo, esses dados revelam que mais da metade das matrículas são de desistência do curso, como uma problemática não só social, mas também institucional e governamental. Além disso, esses indicadores tornam-se importantes para análise da qualidade do ensino superior e dos programas de permanência estudantil (VARGAS; HERINGER, 2017).

Logo, as ações de permanência estudantil propostas pelos PNAES são aquelas que visam garantir o direito social à educação, viabilizar igualdade de oportunidades, contribuir no desempenho acadêmico e agir preventivamente em situações de evasão e retenção (BRASIL, 2010a).

Conforme descrito, surge a necessidade de compreender quais ações as IES vêm desenvolvendo frente às demandas não só materiais e financeiras, mas também a simbólica,

de afiliação universitária<sup>1</sup>, sociocultural, psicológica e de apoio acadêmico, na perspectiva da permanência estudantil (VARGAS; HERINGER, 2017).

Dessa maneira, as principais dificuldades de permanência que podem contribuir na evasão universitária, são desde a financeira para transporte, alimentação e reprografia do material de estudo, o tempo de deslocamento até a universidade, fatores subjetivos como problemas emocionais e familiares (SANTOS, 2019; MATTOS; FERNANDES, 2019; PASSOS, 2020; LIMA; KANIKADAN, 2020).

Além disso, a falta de hábito de estudo, as dificuldades com as disciplinas do curso e de adaptação à vida acadêmica, a falta de acompanhamento pedagógico, as dificuldades de conciliar horários de trabalho e de estudo, a não identificação com o curso, bem como o sentimento de não pertencimento ao ambiente acadêmico, dentre outros motivos também afetam a permanência estudantil (PASSOS, 2020; LIMA; KANIKADAN, 2020; GOMES, 2019).

Dessa maneira, tais fatores influenciam na retenção e evasão universitária. Contudo, as políticas de permanência universitária têm favorecido os estudantes economicamente, mas pouco têm contribuído para que superem as suas dificuldades culturais, psicológicas e pedagógicas (MATTOS; FERNANDES, 2019).

E as universidades evidenciam mais as ações de transferência de renda do que as demais formas de apoio pedagógico e do trabalho interdisciplinar da equipe de profissionais (CARVALHO; DIAS, 2021; PASSOS, 2020; NASCIMENTO, 2019).

Não só isso, mas há falta de profissionais no quadro institucional e, conseqüentemente, para o apoio pedagógico e para as ações que atendam às demandas de saúde mental dos discentes, o que acaba tornando as ações insuficientes (POZOBON, 2019).

Neste sentido que, a problemática da presente pesquisa é: A falta de equidade<sup>2</sup> nas estratégias de permanência estudantil contribui para a evasão universitária nos cursos de graduação e, assim, revela que as ações de suporte aos estudantes precisam de maior fomento para o fortalecimento da política da permanência estudantil?

---

<sup>1</sup> A afiliação universitária é o processo de aprendizagem pelo qual o acadêmico transita de sua saída do ensino médio para o universo universitário, sobre o qual descobre novos códigos institucionais e intelectuais indispensáveis ao ofício de estudante. Todavia, o estudante que encontra dificuldades de se adaptar a esse universo pode estar fadado ao fracasso, à evasão e à desistência. Portanto, demonstra que o estudante não consegue se afiliar a essa nova realidade (COULON, 2017).

<sup>2</sup> A equidade pode ser entendida de modo mais amplo que a igualdade, já que o tratamento igualitário nem sempre é justo. Neste sentido, a garantia da permanência dos estudantes só será justa se cada indivíduo for tratado de acordo com as suas necessidades, levando-se em conta a renda, dificuldades socioeconômicas e aspectos de ordem psicológica e pedagógica. Dessa maneira, a equidade é uma forma de correção da lei, tratando-se todos de modo igual e de acordo com suas características específicas (COSTA, 2010).

E como hipótese tem-se: Existe a falta de equidade entre as ações de permanência estudantil que compromete o combate efetivo à evasão universitária.

Portanto, o objetivo do presente estudo foi analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as ações favorecedoras da permanência estudantil nos cursos de graduação, que minimizam o fenômeno da evasão universitária.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar as ações favorecedoras da permanência estudantil nos cursos de graduação que minimizem a evasão universitária, a partir de uma revisão integrativa da literatura.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Verificar quais foram as ações realizadas pelas instituições que favoreceram o acompanhamento dos discentes e combateram a evasão universitária;
- Discutir as ações de permanência apontadas pela revisão da literatura;
- Mostrar a relevância dos resultados da pesquisa para o fortalecimento da política da permanência estudantil.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como educacional, de abordagem qualitativa e quantitativa, tendo em vista a necessidade de compreender a ocorrência de ações de permanência no combate ao fenômeno da evasão universitária, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa subjetiva e, portanto, complexa que analisa e explora um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar, tais como opiniões e fonte de informação válida. Já a pesquisa quantitativa tem como objetivo demonstrar, de forma quantificada e numérica, os dados coletados (GOMES, 1994; MUSSI et al, 2019).

Sendo assim, a articulação entre os métodos qualitativos e quantitativos permite o uso mais compreensivo das pesquisas do que o uso único de um deles. Além disso, utilizam-se os resultados de um método para auxiliar na interpretação do outro método, proporcionando a amplitude do alcance da pesquisa na confrontação de seus elementos (SOUZA, 2018).

Dito isso, a revisão da literatura é tida como o estado da arte, visto como um momento em que se situa o trabalho científico, ao citar uma série de estudos prévios que servirão de ponto de partida para o estreitamento da discussão até ao tópico específico que será investigado (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 91).

E, é por meio da revisão da literatura que se reporta e avalia o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando-se conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho. Portanto, discutem-se questões relacionadas ao estado da arte da área em que a pesquisa se insere (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 91).

Assim, foi feito um levantamento da literatura até dezembro de 2021 nas bases de dados de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram os seguintes: “Ensino superior” AND “Permanência estudantil” AND “PNAES” e, em inglês: “Higher education” AND “Student permanence” AND “PNAES” em todas as bases de dados.

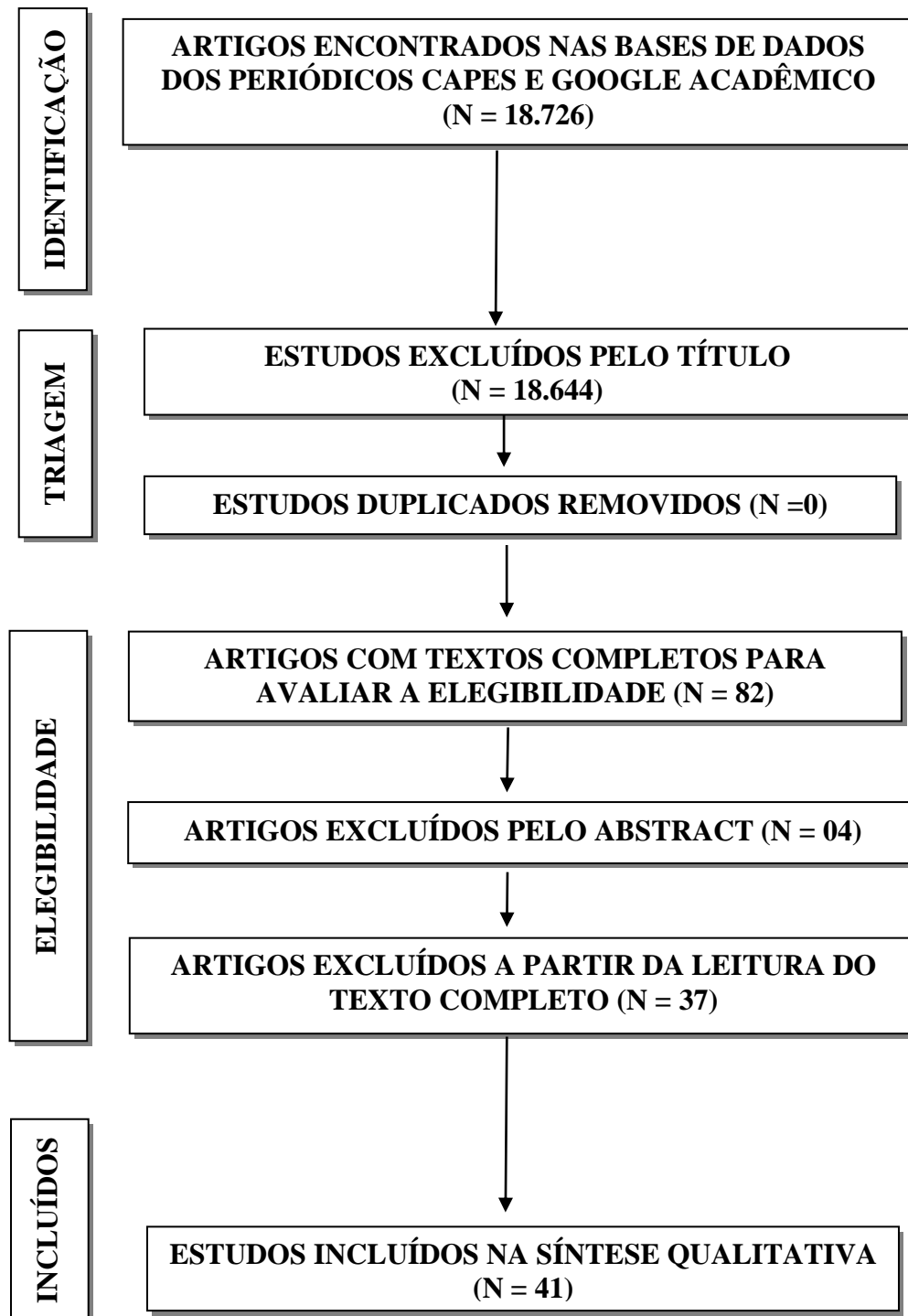
Desse modo, identificaram-se 82 produções científicas em inglês, espanhol e português. No entanto, apenas 41 foram selecionadas, em língua portuguesa e em espanhol, conforme a Figura 1, de acordo com o critério de elegibilidade.

Com isso, os critérios de inclusão foram: produções científicas nos últimos cinco anos (2017 a 2021), envolvendo as ações favorecedoras da permanência estudantil dos cursos de

graduação. E, quanto aos critérios de exclusão, foram eliminados da análise os artigos de revisão em literatura.

Já a discussão e análise dos resultados dos dados levantados deram-se através da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), por meio do qual se chegou às categorias de análise, ou seja, a um processo de categorização.

Figura 1 – Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos trabalhos



Fonte: Autoras.

## **4 REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1 Resultados**

Os resultados do presente estudo encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
1	2021	Covid-19 e a contribuição da assistência estudantil para a permanência acadêmica	Talita Prada, Paula Medeiros Costa, Milena Bertollo- Nardi	Cadernos Cajuína	Analisar a contribuição da assistência estudantil para a permanência dos discentes da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de suspensão das aulas imposto pela Covid-19.	As ações destacadas foram: programas de transferência de renda (auxílio emergencial e inclusão digital); kits de alimentação; acolhimento psicológico e saúde mental e atendimento às pessoas com deficiência; doação ou empréstimo de equipamento de informática; aquisição de celulares e <i>tablets</i> com configurações limitadas; material didático impresso; chips e bibliotecas digitais.
2	2021	A assistência estudantil numa universidade pública estadual: um estudo à luz das repercussões da Covid-19	Diego Souza de Medeiros, Jairo de Carvalho Guimarães	Scielo Preprints	Descrever contribuições das ações da Assistência Estudantil do UESPI no período de ensino remoto – março de 2020 a junho de 2021.	Desenvolveram-se três programas: Programa Auxílio Moradia, em caráter emergencial aos acadêmicos impedidos de retornar às suas residências de origem e que estavam sem recursos para se manter no período de isolamento social; Programa Auxílio Inclusão Digital nas modalidades empréstimo de equipamento ( <i>tablet</i> ) e Auxílio Pecuniário para compra de equipamento.
3	2021	A assistência estudantil na universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19	Jackeline Soares Lima	Cadernos Cajuína	Relatar a experiência de trabalho na assistência estudantil da Universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19 em 2020.	Foram ofertados: Auxílio Alimentação emergencial; Programa de Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital por meio de empréstimos de equipamentos da instituição, bem como de doação de pessoas físicas e jurídicas, cuja entrega deu-se pelos correios e transporte da universidade. Além de repasse financeiro para aquisição de equipamento eletrônico e para aquisição de chip para acesso à internet.
4	2021	Desafios da implementação do ensino remoto em entidade de ensino pública no estado do Amapá	Lúcia Claudia Alves Chaves, Lucas Molina Lioi, Gustavo Araujo Rodrigues	Práticas contabilidade gestão	Demonstrar as ações realizadas pela entidade de ensino público para o enfrentamento da crise sanitária causada pela Covid-19.	Como ação foram lançados editais com auxílios financeiros para aquisição de equipamento eletrônico, em cota única, e para aquisição de pacote de internet.
5	2021	A assistência estudantil no IF Baiano Campus Santa Inês em tempos de pandemia de Covid-19	Nívia Barreto dos Anjos, Ângelo Francisco de Souza Andrade, Nelian Costa Nascimento, Tailan Bomfim Andrade Ana Cleide Santos de Souza,	Revista Macambira	Apresentar a sistematização das ações de Assistência Estudantil realizadas pelo IF Baiano Campus Santa Inês em 2020 em tempos de pandemia de Covid-19.	Desenvolveu-se o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) com: Auxílio Moradia; Auxílio Emergencial; Auxílio Digital (de repasse financeiro para modalidade EaD); Kits Alimentação; Auxílios de Inclusão Digital (aquisição de equipamento de informática como computador, celular ou tablet e internet de banda larga e/ou dados móveis). E o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP) com Atendimento Psicológico On-line e Melhoria da Iluminação e Ventilação da Residência Estudantil.
6	2021	Cenários prospectivos da gestão universitária em tempos de pandemia: as universidades estaduais da Bahia e as políticas de permanência estudantil	Antônio de Macêdo Mota Júnior, Cristiane Neves de Oliveira, Lilia Maria Carvalho Mattos	Repositório UFSC	Situar as ações e políticas de permanência estudantil em duas universidades estaduais da Bahia.	Implementam-se ações de inclusão digital (repasso financeiro para aquisição ou manutenção de equipamentos de tecnologia da informação e para acesso móvel à internet) para garantia da equidade de acesso às aulas remotas para estudantes de grupos socioeconômicos mais vulneráveis

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
7	2021	A assistência estudantil e a Covid-19: o contexto das universidades federais paulistas	Eduardo Henrique Moraes Santos, Raquel de Oliveira Mendes, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira, Cíntia Karim dos Santos	Serviço Social em Perspectiva	Relacionar os impactos da pandemia da Covid-19 com a organização das principais ações afetadas na assistência estudantil das universidades federais presentes no estado de São Paulo.	As ações desenvolvidas foram: atenção à saúde estudantil no campo da saúde mental com acolhimento ao luto e grupo de autocontrole da ansiedade; monitoramento e acompanhamento de estudantes suspeitos de Covid-19; inclusão digital (empréstimo e doação de computadores, concessão de chips, repasse financeiro para aquisição de equipamento e internet); auxílios emergenciais; auxílio para despesas com aluguel e da casa, mais o kit de higienização; auxílio alimentação devido ao fechamento dos RUs e marmitas gratuitas; auxílio creche e doação externa de cesta básica aos discentes.
8	2021	Inclusão e permanência na universidade de Brasília: desafios dos estudantes de graduação com deficiência	Luciana Piccini Moreira Lima	Repositório UNB	Investigar como se dá o processo de inclusão e de permanência dos estudantes de graduação com deficiência na Universidade de Brasília (UnB).	A investigação mostrou que são desenvolvidas ações de: adaptação da estrutura interna de prédios, adequação de currículos, disponibilização de tecnologia assistivas, treinamento dos docentes e conscientização da comunidade acadêmica para o atendimento dos diversos tipos de deficiência no ambiente acadêmico.
9	2021	Acessibilidade no ensino superior: políticas públicas para pessoas com deficiência na UFT	Marja Diane Pereira Brito de Oliveira, José Wilson Rodrigues de Melo, Patricia Medina	Revista Humanidades e Inovação	Refletir sobre as políticas públicas inclusivas na ótica da acessibilidade e da permanência.	Houve a criação de resolução institucional para cumprimento das diretrizes e leis de inclusão e acessibilidade; comprometimento dos setores administrativos na implementação da legislação; implementação de bibliotecas mais inclusivas; e, atendimento às especificidades dos discentes pelos coordenadores de curso.
10	2021	Sistematização e informatização na assistência estudantil: mapear vulnerabilidades para fortalecer a permanência e o êxito	Sonia Caranhato Rodrigues, Samuel Barbosa Costa da Silva	Brazilian Journal of Development	Apresentar um instrumento multiprofissional de sistematização de dados para mapeamento e identificação das variáveis que incidem maior situação de vulnerabilidades materiais e simbólicas dos estudantes.	O sistema software – “Sistema de Acompanhamento da Realidade do Estudante” (SARE) permitiu ao Serviço Social coletar e processar os dados das dimensões econômica, social, cultural e ambiental a fim de gerar mapa de vulnerabilidades, interfaces de entrevistas e seleção de estudantes beneficiários para auxílios estudantis do IFTO.
11	2021	Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil	Izabella Pirro Lacerda, Maria Angela Mattar Yunes, Felipe Valentini	Revista Internacional de Educação Superior	Investigar a rede de apoio dos estudantes universitários residentes em moradia estudantil e a sua influência na permanência na universidade.	A rede de apoio e do apoio social, destacadamente os campos família, amigos e moradia estudantil, são propulsores relacionais e protetores em diferentes situações. E ainda, as ações da política de assistência estudantil, o apoio institucional e despreocupações práticas e materiais também auxiliam na adaptação, sensações de insegurança e superação das dificuldades encontradas na trajetória acadêmica.
12	2021	Políticas de Permanência: análise do programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes	Luiza Souza Ioppi, Janaína Santos Macedo	Cadernos Cajuína	Analisar o impacto do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a permanência estudantil.	O Programa de Apoio e Orientação Pedagógica executado pela Assistência Estudantil (AE) da UFSC ofertou: módulos/monitoria de disciplinas e oficinas de orientação de planejamento de rotina, métodos de estudo e reflexão sobre o percurso acadêmico, abertos a todos os alunos ingressantes da graduação e com fragilidades escolares de conteúdo de base (áreas exatas, humanas e naturais).

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
13	2021	Permanência na educação superior pública: experiência de política de acompanhamento do desempenho Acadêmico de estudantes	Cláudia Patrocínio Pedroza Canal, Zenólia Christina Campos Figueiredo	Revista Docência do Ensino Superior	Apresentar o Programa de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico de estudantes de graduação iniciado em 2016.	O Programa de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico (ADA) foi desenvolvido através de duas estratégias: 1) Plano de Acompanhamento de Estudos (PAE) com ações integradas entre a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e os colegiados de curso para prevenção ao desligamento, à evasão e à retenção dos estudantes; 2) Plano de Integralização Curricular (PIC) com planejamento conjunto entre o estudante e o colegiado de curso das etapas necessárias para integralização curricular. Além disso, tem-se o Programa Institucional de Apoio Acadêmico e Projetos de Ensino, por meio de editais para submissão de projetos de docentes voltados aos alunos com 50% de reprovação ou destinados a pessoas com deficiência. Conclui-se que, o programa contribuiu tanto na permanência nos cursos de graduação (75% dos discentes), portanto, na redução da evasão.
14	2021	A assistência estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo	Evelyn Raquel Carvalho, Maria Sara de Lima Dias	Cadernos Cajuína	Apresentar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua interface com o Instituto Federal do Paraná (IFPR)	A AE promove o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE) com repasse financeiro (moradia, alimentação, transporte, material escolar); o Projeto de Inclusão Social (PBIS); Projeto Estudante Atleta (PEA); Projeto Monitoria; Auxílio aos Eventos Científicos. Os estudantes também são acompanhados em rendimento escolar e contexto de vida
15	2021	Cavalo dado se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade	Renato Fabiano Cintra, Gabriel Viana de Souza, Helder de Lima Fava	Revista Competitividade e Sustentabilidade	Analisar as condições de permanência dos estudantes cotistas na Unidade Acadêmica do Cabon de Santo Agostinho (UACSA) da UFPE.	As ações de permanência material e simbólica do estudante cotista no curso são: a valorização e importância da AE; o sentimento de acolhimento; a boa relação professor/aluno; o sentir-se estimulado pela instituição a continuar os estudos; a ajuda familiar, dos colegas e professores; os programas de incentivo financeiro (auxílios e bolsas); atividades acadêmicas (de ensino/monitoria e extensão) e atendimentos especializados (psicológico, médico e pedagógico).
16	2021	Uma canoa na tempestade: o acolhimento psicológico emergencial na Pandemia da Covid-19	Ana Maria Campos da Rocha, Lana yasmin Leal da Silva, Daniel Castro Silva, Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo	Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity	Compreender a prestação de serviço de escuta qualificada aos estudantes de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no período pandêmico.	Foi promovido o Acolhimento Psicológico Emergencial (APE), o qual ofertou uma escuta qualificada e amparou os alunos em vulnerabilidade emocional, disponibilizando atendimentos remotos por meio de chamadas de vídeo. O serviço se mostrou como uma rede de apoio importante aos discentes que estão vivendo neste momento pandêmico.
17	2021	Assistência à saúde mental de estudantes universitários: possibilidades da terapia ocupacional	Ervelley Moreira Cardoso dos Santos	Repositório UFSCar	Identificar a percepção de terapeutas ocupacionais a respeito das principais demandas apresentadas por estudantes universitários.	Os participantes reconheceram o campo de atuação da terapia ocupacional como um mecanismo para a promoção de ações intersetoriais de atenção aos estudantes, através de atividades coletivas e individuais, dentre as quais, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) direcionadas ao cuidado da saúde mental, no sentido de fortalecer a permanência estudantil.
18	2021	Universidade e saúde mental: oferta de cuidado psicossocial a estudantes universitárias/os/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+ no período de pandemia da COVID-19	Adelina Malvina Barbosa Nunes, Áquila Bruno Miranda, Cristina Carla Sacramento	Revista e-hum	Relatar a experiência do projeto "EntrEncontros: roda de acolhimento em saúde mental" (PRACE/UFOP) na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).	As ações desenvolvidas ocorreram por meio de: encontros com tema de abordagem psicossocial, para enfatizar o cuidado e a saúde mental no espaço universitário; roda de conversa sobre gordofobia a questão racial; seminários para ampliação do diálogo com a comunidade acadêmica e externa; e, criação de uma rede social para a percepção da construção de espaços de cuidado e/ou autocuidado que favorecem a participação da população negra e/ou LGBTQIA+.

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
19	2021	A pesquisa como um meio para a permanência no ensino superior público: o caso do Programa de Bolsa de Desenvolvimento acadêmico na Universidade Federal Fluminense	André Luiz da Silva Coube	Cadernos Cajuína	Apresentar o Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico da UFF como uma iniciativa de inserir estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e como estratégia de permanência estudantil.	O Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico fomentou: grupos de pesquisa, a prática nos laboratórios, a experimentação prática em alguma área específica da formação do curso, o trabalho de campo, a leitura e a escrita científica e a apresentação de trabalhos em eventos como a Semana do Desenvolvimento Acadêmico. E, paralelo à atividade de orientação da produção científica (pesquisa), proporcionou o acompanhamento do ensino dos acadêmicos bolsistas (desempenho e frequência das disciplinas do curso).
20	2020	Grupos PET Conexões de Saberes como instrumento de permanência no ensino superior	Camila Sobral Leite Lyra Montalvão, Dandara Santana, Lucas Vinícius de Oliveira Nascimento, Nathália Roberta Silva de Oliveira, Paulo Jackson Garcia Santos, Valéria Cristina Diniz Pereira	Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial	Analisar o Programa de Educação Tutorial (PET), na modalidade de grupos Conexões de Saberes, enquanto parte das políticas públicas de educação superior dedicadas a garantir a permanência de grupos de origem popular na universidade.	Por meio do Programa de Educação Tutorial (PET) executou-se ações integradas de ensino, pesquisa e extensão envolvendo acadêmicos oriundos de grupos populares, de políticas afirmativas, para atuarem junto às comunidades. Assim, face ao papel metodológico, material e financeiro, o programa contribui para a permanência estudantil.
21	2020	Trabalho interdisciplinar e equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes do ensino superior	Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias	Revista de Ciências da Educação, Americana	Descrever e problematizar, à luz do conceito da interdisciplinaridade, o serviço de apoio aos estudantes na AE do <i>campus</i> Osasco da Universidade Federal de São Paulo	As ações de permanência e assistência estudantil desenvolvidas pela equipe multiprofissional foram: Projeto Sustentabilidade que visa doação de fotocópias de textos/apostilas; LAPES – Liga de Apoio ao Estudante com oficinas e cursos de apoio à aprendizagem; Programa de Atenção aos ingressantes com propostas de organização e técnicas de estudos; acolhimento multiprofissional dos estudantes; trabalho interdisciplinar da equipe para estudo de casos de discentes, encaminhamentos e identificação daqueles que precisam de apoio.
22	2020	Permanência na Educação Superior: Contribuições da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – <i>Campus</i> Cabedelo	Evelin Sarmento de Carvalho	Repositório Institucional UFPB	Analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB – <i>Campus</i> Cabedelo quanto à sua contribuição na permanência acadêmica.	Os indicadores da permanência no curso e na instituição são: auxílios financeiros; ajuda de custo para participação em eventos e projetos de extensão; a postura e conduta acolhedora dos professores e o apoio familiar com recursos financeiros e materiais.
23	2020	Estratégias de permanência no ensino superior para povos indígenas em uma universidade federal	Alan Lucas de Oliveira Lima, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan	Revista Labor	Estudar as estratégias de permanência de estudantes indígenas no ensino superior, em uma universidade federal, localizada no interior do Ceará.	O estudo apontou os fatores que podem determinar a permanência ou evasão universitária: repasse financeiro (moradia, alimentação e transporte); culturais, territoriais e sociais; a burocratização dos editais do programa de AE; dificuldades de aprendizagem, que revela a falta de acompanhamento pedagógico e o sentimento de não pertencimento ao ambiente acadêmico.
24	2020	A permanência dos alunos cotistas nos cursos de engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: um estudo de caso na unidade acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - PE	Francy Laura Correia Gomes dos Passos	Repositório da UFPE	Apresentar uma proposta de escalonamento da bolsa permanência, a partir dos critérios de vulnerabilidade definidos no processo de avaliação socioeconômica.	Apresentou-se uma fórmula de escalonamento dos valores das bolsas do Programa Bolsa Permanência – PBP/MEC em duas propostas, diferentes quanto ao percentual aplicado na majoração, e ainda uma proposta adicional de escalonamento das bolsas da Moradia Estudantil para fins de atingir uma maior quantidade de alunos face ao contingenciamento de despesas e corte no orçamento.

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
25	2019	¿Qué hay tras la permanencia universitaria? Los cambios más significativos en el acompañamiento académico	Rodolfo Martinic Lenta	Education and Research	Apresentar os resultados de uma avaliação qualitativa de impacto dos serviços do Programa de Acesso Inclusivo, Equidade e Permanência (PAIEP) fornecido pela Universidade de Santiago do Chile.	Os serviços de apoio acadêmico (tutoriais, consultorias e workshops) no ensino superior consistiram em cinco mudanças principais vivenciadas pelos alunos durante o primeiro ano na universidade, nos seguintes segmentos: campo acadêmico - 1) a geração de hábitos de estudo, 2) melhor compreensão do conteúdo das disciplinas e 3) a melhoria do desempenho acadêmico; campo subjetivo - 4) a geração de confiança em si mesmo e no campo social, 4) a contribuição para a integração social e universitária.
26	2019	Limites e avanços da política de permanência: implicações para afetos e vivências no ensino superior	Adélia Augusta Souto de Oliveira, Lucélia Maria Lima da Silva Gomes	Revista de Didática e Psicologia Pedagógica	Refletir, sob a perspectiva da psicologia, as práticas emancipadoras e as implicações para afetos e vivências numa perspectiva ampliada no trabalho com os demais profissionais da A.E.	Recomenda-se o desenvolvimento de ações promotoras de vivências universitárias que ampliem a humanidade e contemplem as dimensões das emoções vivenciadas, em contraposição às vivências de sofrimento ético-político, as quais reproduzem exclusão e sofrimento psicossocial, com afetos culpabilizadora de fraco desempenho.
27	2019	Tensões entre evasão e permanência no ensino superior: uma análise a partir do curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – campus de Jequié	Jaqueline Trindade Araujo	Repositório da UESB	Investigar um dos problemas que mais tem atingido as IES, que é a evasão escolar no ensino superior.	As ações institucionais frente à evasão e promoção da permanência estudantil foram: melhorias na estrutura física; curricular; formação acadêmica; ajuda externa (bolsa-auxílio estadual); instauração de creches; criação de residência universitária; oferta de auxílios e bolsas como permanência; monitoria; projetos de pesquisa e extensão; subsídio no RU; acompanhamento e ações da equipe multidisciplinar (pedagógico, psicológico e do serviço social); cessão de uso de net/notebooks, bicicletas, kit odontológico e Programa de Ações Afirmativas.
28	2019	Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: contribuições e impasses para permanência e êxito do estudante do curso de pedagogia	Fabiana Ramalho dos Santos	Repositório da UFPB	Analisar as contribuições e impasses para a permanência e o êxito do estudantes cotistas e beneficiários do PNAES do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.	Os fatores de permanência indicados pelos estudantes foram: curso público e gratuito; qualidade do corpo docente; perspectivas futuras de mercado de trabalho; ter sido contemplado em programas da AE; identificação com o curso; participação em projetos acadêmicos; apoio/motivação dos professores; apoio familiar e de amigos; adequação do horário de trabalho. Por fim, apresenta-se um produto para acesso de informações através de um assistente virtual de suporte na divulgação dos editais e no esclarecimento das dúvidas..
29	2019	Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior	Luciane Leoratto Pozobon	Repositório da UFSM	Reconhecer as estratégias de permanência do estudante na educação superior atendidos pelas ações de assistência estudantil da UFSM.	O repasse financeiro, para suprir as necessidades materiais dos estudantes, foi a de maior destaque dentre as ações da A.E. Sendo assim, a maioria deles considera que ela cumpre com o seu objetivo. A pesquisa é concluída com a propositura de um instrumento de avaliação do risco de evasão dos estudantes beneficiários e de um serviço de acompanhamento da permanência destes acadêmicos.
30	2019	A permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: proposição de um plano para o apoio pedagógico	Emily da Silva Nascimento	Repositório da UFB-CE	Agrupar dispositivos para apoio pedagógico ao estudante com implementação de ações para a permanência e o acesso às atividades acadêmicas.	É proposto o seguinte modelo de apoio pedagógico: “educação tutorial”, “workshops e minicursos”, “conhecimento da realidade profissional” e “plantão de orientação aos estudos”.
31	2019	Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência	Hellen Cristina Xavier da Silva Mattos, Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	Revista Contemporânea de Educação	Analisar a permanência universitária com foco em estratégias e procedimentos selecionados pelos estudantes oriundos de escola pública para se manterem na universidade.	O vínculo entre os estudantes, o respeito aos próprios limites, o uso das bolsas assistenciais e o programa de extensão foram estratégias importantes para os discentes superarem as suas dificuldades na universidade.

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
32	2018	Oficina de criatividade como recurso para permanência: uma pesquisa-ação com estudantes universitários	Monalisa Peixoto Soares	Sistema de Bibliotecas da UFUCG	Criar um grupo de apoio acadêmico, utilizando a Oficina de Criatividade como ferramenta de intervenção e entrevistas semiestruturadas para avaliação do grupo.	Houve a criação de grupos de apoio como espaço de acolhimento, escuta e autonomia. Assim, permitiu-se a expressão subjetiva, a percepção do coletivo e o incentivo à afiliação.
33	2018	Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação	Brenda Vanessa Pereira Soares, Marly de Jesus Sá Dias	Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	Compreender o modo como garantir o acesso e a permanência das mulheres-mães-estudantes na graduação da UFMA - Cidade Universitária Dom Delgado.	Como ação foi lançado edital para concessão de Auxílio Creche aos discentes regularmente matriculados para atender o direito à creche e diminuir a evasão desse público.
34	2018	Ações para permanência escolar no Instituto Federal Fluminense <i>Campus</i> Campos Guarus	Rhena Schuler da Silva Zacarias Paes, Jovana Paiva Pereira, Gerson Tavares do Carmo	Anais do III Congresso Internacional de Educação Inclusiva	Socializar experiência de ações integradas de permanência que contribuem para o êxito escolar.	Desenvolveu-se o acompanhamento sociopedagógico de acadêmico em situação de quase reprovação através das ações de: escuta, elaboração de plano de estudo semanal individual com orientação da pedagoga e psicóloga; encaminhamento para monitoria; grupo de relaxamento semanal ou antes de provas e trabalhos; grupo de estudos e encaminhamentos para outros profissionais de saúde e/ou educação, inclusive externos, quando necessário.
35	2018	Ações afirmativas e de permanência em uma universidade pública federal: um relato de prática profissional e de vivência estudantil	Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira, Marinara Alves de Souza, Rafael Santos de Santana Souza, Carla Leandro dos Santos Medeiros	Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	Apresentar as ações realizadas no âmbito do Projeto “Bolsa de Iniciação à Gestão” (BIG), nos eixos de “Ações Afirmativas e de Permanência” e de “Apoio Pedagógico” voltadas para estudantes atendidos pelos programas de permanência estudantil.	Implementaram-se ações práticas por meio de: criação de grupo nas redes sociais para informações; realização de oficinas de organização financeira com aplicativos e planilhas; elaboração de cartilha de busca de vagas de moradia/república/aluguéis; projeto “República Amiga” com levantamento de abrigo temporário aos ingressantes; exibição de documentário com discussão sobre desigualdade na universidade e o papel da A.E; visita aos adolescentes internos da fundação CASA para apresentação da universidade, condições de acesso e auxílios para a permanência.
36	2017	Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante	Simone Eliza do Carmo Lessa	Revista em Pauta	Apontar a experiência de atenção ao estudante construída na Uerj.	Os estudantes cotistas foram contemplados de imediato com o Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar), por meio de bolsa, durante todo o tempo de integralização do curso, além de acesso a material didático, às atividades instrumentais, acadêmicas, passe livre e com restaurante universitário.
37	2017	Apoio pedagógico como forma de assistência à permanência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Irma Antonieta Gramkow Bueno, Letícia Prezzi Fernandes	Sétima Conferência Latinoamericana sobre El Abandono Em La Educación Superior	Apresentar as ações do Programa de Apoio à Graduação da UFRGS como apoio pedagógico dentro do previsto pelo PNAES.	Através do Programa de Apoio à Graduação houve o estudo e diagnóstico dos motivos para a retenção e evasão dos estudantes. Com isso, desenvolveram-se os seguintes projetos: monitor de Comissão de Graduação; inovações pedagógicas; de reforço acadêmico ou projetos integrados; projeto piloto de tutoriais; formação docente e de técnicos da educação, bem como ofertas de bolsas.
38	2017	A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras	Carina Elisabeth Maciel, Alexandra Ayach Anache Michelle C. Silva	Educar em Revista	Analisar o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir do MEC como estratégia de permanência da pessoa com deficiência.	O Programa Incluir fomenta financeiramente a criação ou reestruturação de Núcleos de Acessibilidade das IFES para garantir, assim, a integração social e educacional de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando-se barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.
39	2017	O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma universidade federal brasileira	Toti, Amanda Rezende Costa Xavier, Edna de Oliveira, Luciana Maria Oliveira Ribeiro	Sétima Conferência Latinoamericana sobre El Abandono Em La Educación Superior	Abordar o serviço de apoio pedagógico oferecido aos estudantes universitários na UNIFAL-MG.	O serviço de apoio pedagógico revelou atividades na orientação educacional por meio de: oficinas coletivas de estratégias de aprendizagem, palestras com temas importantes para a vida do estudante universitário e adaptação à rotina universitária.

Continua

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos	Resultados
40	2017	Longe de casa: rodas de conversa e intervenções na casa do estudante universitário - CEU/FURG	Thaís Saalfeld Andrade, Keli Avila dos Santos, Irena Sá	Anais do 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPE, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento	Apresentar o projeto "Longe de casa: rodas de conversa e intervenções na CEU" como um espaço de socialização e reflexões acerca das vivências, desafios e sentimentos dos acadêmicos de moradia estudantil.	O Projeto Pipoca na CEU realizou intervenções sociopsicopedagógicas por meio de roda de conversa. Desta maneira, acolheu-se os beneficiários da moradia estudantil no retorno de suas férias, além de retratar suas dificuldades relacionadas ao curso, ao ensino aprendizagem e à própria moradia estudantil. Assim, essa ação colaborou na proximidade com a equipe e na formação da identidade do sujeito universitário.
41	2017	As atividades de extensão como estratégias de permanência e êxito de estudantes do IFTM	Patrícia Campos Pereira, Adriano Elias, Eurípedes Ronaldo Ananias Ferreira, José Antônio Bessa, Liciane Mateus da Silva	Periódicos do IFTM	Demonstrar como ações de extensão podem contribuir de forma efetiva para a permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).	O Programa de Apoio a Projetos de Extensão executou as seguintes ações: formação profissional, sociais, culturais, artísticos e esportivos, os quais foram coordenados por professores e executados por bolsistas-estudantes. E ainda, contou com recurso financeiro para custear gastos com equipamentos, materiais permanentes, de consumo, serviços e bolsas.

Fonte: Bases de dados de Periódicos CAPES e Google Acadêmico (2017-2021).

## 4.2 Discussão e análise

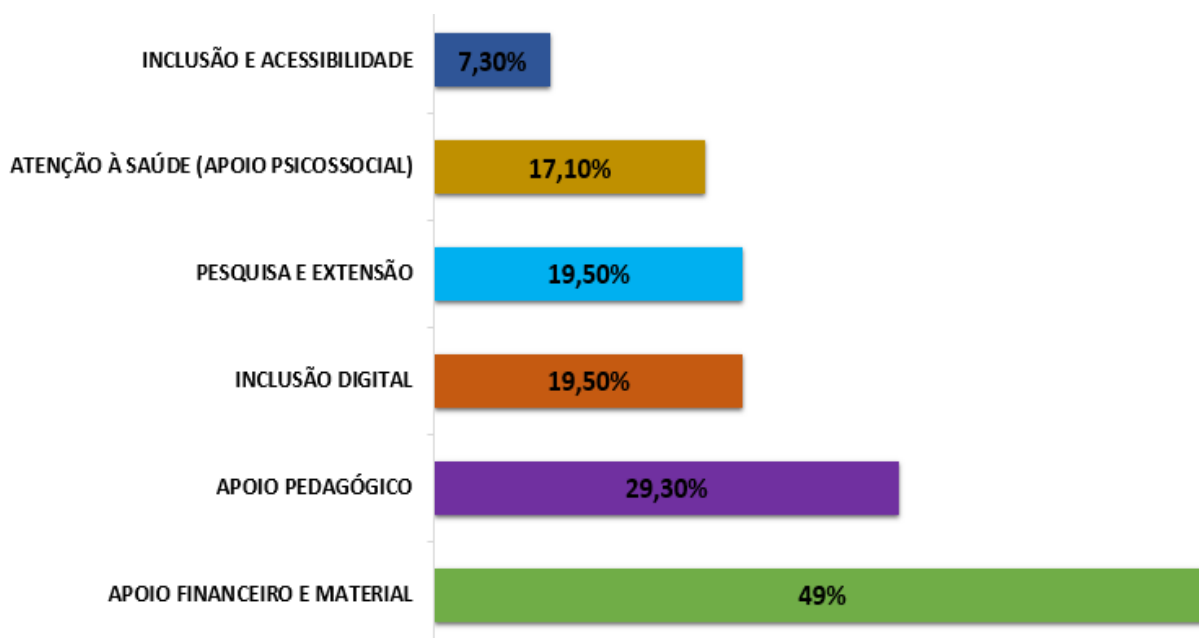
As ações de permanência estudantil devem-se ao fato de a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) preconizar a ampliação das condições de permanência dos estudantes na educação superior através de dez áreas estratégicas de atuação.

Dessa maneira, cada instituição tem autonomia de utilizar os recursos financeiros a elas destinados, anualmente, conforme suas necessidades e especificidades, com o objetivo da superação das dificuldades do corpo discente e na prevenção em situações de evasão e retenção escolar (BRASIL, 2010a).

Visto que, os discentes teriam dificuldades de prosseguir nos estudos sem algumas prerrogativas, tais como: suporte, acompanhamento, ações de uma equipe multidisciplinar, auxílios financeiros e materiais ofertados (CARVALHO; DIAS, 2021).

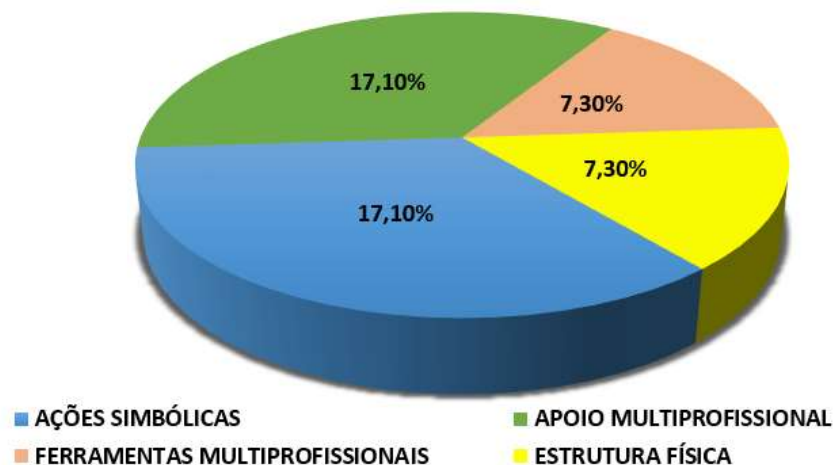
Assim, os resultados da presente pesquisa indicaram que as ações de permanência estudantil foram desenvolvidas nas seguintes áreas categorizadas nos Gráficos 1 e 2. Portanto, revelam aquelas que vão para além da provisão financeira, conforme delimita o PNAES, e que são necessárias ao apoio discente em sua trajetória acadêmica.

Gráfico 1 – Ações de permanência estudantil da revisão da literatura: áreas estratégicas do PNAES



Fonte: Autoras.

Gráfico 2 – Ações de permanência estudantil da revisão da literatura: para além do PNAES



Fonte: Autoras.

#### 4.2.1 Ações durante a pandemia da Covid-19: inclusão digital, apoio financeiro, material e psicológico

O vírus SARS-CoV-2 da pandemia COVID-19 deu início em 2019 com um surto simples na cidade de Wuhan, na China, e transformou-se de epidemia para pandemia ao ganhar proporções mundiais, com explosão epidêmica em dezembro de 2019 - janeiro de 2020 (PLATTO *et al*, 2021).

E no Brasil, em fevereiro de 2020, foi declarada Emergência de Saúde Pública de importância Nacional no intuito de planejar e organizar medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública (BRASIL, 2020a).

Neste contexto, a Educação passou por mudanças em suas estratégias de ensino-aprendizagem, suspendendo-se as aulas presenciais, conforme Portaria do Ministério da Educação (MEC) Nº 343, de 17 de março de 2020, alterada pela Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19 (BRASIL, 2020b).

Assim, desde 2020, as ações de assistência estudantil na promoção do apoio, do acesso digital e da permanência nos estudos prosseguiram contribuindo em vários aspectos emergenciais, por meio de recursos materiais como kit alimentação, pelo recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que neste caso destinam-se aos estudantes de ensino médio técnico (integrado, subsequente e Proeja), marmita, material didático impresso e

digital (MEDEIROS; COSTA; BERTOLLI-NARDI, 2021; ANJOS *et al*, 2021, SANTOS *et al* 2021; LIMA, 2021a).

E, na promoção da garantia do acesso às aulas remotas, a inclusão digital ocorreu por meio de lançamento de editais para doações ou empréstimos de *tabletes*, computadores, celulares e chips (PRADA; COSTA; BERTOLLI-NARDI, 2021; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2021; LIMA, 2021a).

Já em repasses financeiros os auxílios foram para a compra de pacote de internet e de aquisição ou manutenção de equipamentos de informática, bem como o auxílio emergencial e o moradia (PRADA; COSTA; BERTOLLI-NARDI, 2021; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2021; ANJOS *et al*, 2021; LIMA, 2021; CHAVES; LIOI; RODRIGUES; SILVA, 2021; SOUZA *et al*, 2021; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2021).

Não só isso, mas o acolhimento psicológico e atenção à saúde mental ocorreram de forma *online* por meio das redes sociais (Google Meet e WhatsApp) e foram destaques como ações ofertadas no período pandêmico, cuja maioria dos atendimentos era relacionada aos efeitos do contexto de saúde pública (PRADA; COSTA; BERTOLLI-NARDI, 2021; ANJOS *et al*, 2021; SANTOS *et al*, 2021; ROCHA *et al*, 2021; NUNES; MIRANDA; SACRAMENTO, 2021).

E, como ação inédita, ocorreu o projeto de Melhoria da Iluminação e Ventilação da Residência Estudantil, abordado por ANJOS *et al* (2021), por meio do qual houve troca de janelas de vidro transparente das residências dos estudantes por aquelas que molhassem a ventilação e o bloqueio de luz direta, proporcionando ambiente aconchegante e saudável.

Nota-se que, o foco no período de suspensão das aulas presenciais e das aulas remotas foi o repasse de auxílios financeiros e recursos materiais criados especificamente para o período da pandemia, em destaque os de inclusão digital, para atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social agravada neste contexto de crise sanitária da Covid-19.

No entanto, Medeiros e Guimarães (2021) e Souza *et al* (2021) ressaltaram que os números de vagas preenchidas não alcançaram as previstas nos editais ofertados aos estudantes em 2020 e 2021. Com isso, os autores sugerem repensar as estratégias com vistas a reduzir a evasão.

Sendo assim, uma das hipóteses do baixo preenchimento de vagas no ensino superior é devido parte desse público dispor de acesso à internet e equipamento e situar em áreas urbanas, e ainda, outra parte, que migrou mais para estudar, tenham retornado a seus domicílios de origem durante a pandemia e, assim, não dispôs de acesso digital adequando (SOUZA *et al*, 2021).

Por outro lado, Lima (2021a) apontou que todas as vagas foram preenchidas devido ao esforço da equipe institucional mobilizar-se para alcançar os estudantes em suas necessidades como, por exemplo, com empréstimos de equipamento da instituição e doações de pessoas físicas, jurídicas, internas e externas à instituição, cuja entrega aos discentes deu-se pelos correios e transporte institucional.

Já um dos problemas identificados em edital, por ANJOS *et al* (2021), foi a ausência de um auxílio que contemplasse também a instalação de Internet na zona rural, onde não há cobertura, impossibilitando, assim, os estudantes que residem na zona rural terem tal acesso.

Ademais, percebeu-se maior necessidade de proximidade da universidade como os estudantes para compreender suas necessidades, bem como ouvir as opiniões técnicas dos servidores que lidam diariamente com a execução da assistência estudantil na instituição (LIMA, 2021a).

Mas, pontua-se que a demanda administrativa aumentou no período de ensino remoto. Este fato reforça a necessidade de ampliação da equipe técnica para os atendimentos e, assim, não comprometer a saúde mental da mesma com a alta carga de trabalho (LIMA, 2021a).

E ainda, o recurso que era destinado às outras áreas ofertadas no contexto presencial, foram remanejadas para os empenhos da inclusão digital e demais auxílios e materiais ofertados no citado contexto de crise sanitária. Todavia, com o retorno das aulas presenciais poderá comprometer a continuidade dessa ação de inclusão digital (SOUZA *et al*, 2021).

Pois, o PNAES já prevê dentre suas áreas estratégicas a inclusão digital, a qual foi revelada como ação prioritária do período pandêmico e de ensino remoto para continuidade da educação. Porém, as questões de limitações orçamentárias e financeiras impostas às instituições e o atendimento aos demais segmentos podem dificultar a manutenção da concessão desse referido investimento educacional.

Assim, conclui-se com as sugestões de Chaves, Lioi e Rodrigues (2021) e Lima (2021a) em realizar avaliação de como os programas desenvolvidos no período pandêmico foram recebidos pelos contemplados e qual o real impacto durante as atividades de ensino remoto, bem como avaliar o que foi efetivo ou não e a ser implementado ou ser melhorado.

#### 4.2.2 Demais ações de apoio financeiro e material

Os demais recursos financeiros são ofertados através dos seguintes auxílios: alimentação, transporte, auxílio-creche, moradia, material escolar, incentivo à pesquisa, extensão, eventos culturais e esportivos, dentre outros (CARVALHO; DIAS, 2020;

CARVALHO, 2020; ARAÚJO, 2019).

Por outro lado, as dificuldades materiais dos estudantes implicam na manutenção de suas despesas com transporte, alimentação, moradia, reprografia/material didático e o cuidado com os filhos (CARVALHO, 2020; LIMA; KANIKADAN, 2020; PASSOS, 2020; SANTOS, 2019; SOARES; DIAS, 2018).

Haja vista que, essas barreiras financeiras são as que mais influenciam na retenção e evasão escolar, por isso, medidas interventivas favorecem a permanência e inclusão escolar (SANTOS, 2019; SOARES; DIAS, 2018).

Sendo assim, as ações da assistência estudantil destacadas pelas pesquisas foram as de repasse do recurso financeiro e a maioria dos estudantes entrevistados considerou que esse recurso cumpriu com seus objetivos no atendimento às necessidades acadêmicas quanto a transporte, alimentação, moradia, reprografia, dentre outras (LACERDA; YUNES; VALENTINI, 2021; POZOBON, 2019; MATOS; FERNANDES, 2019).

Entretanto, os estudantes apontaram melhorias para os segmentos de: gerenciamento, comunicação, infraestrutura e apoio/suporte ao estudante. E ainda, sugeriram aperfeiçoamento na ampliação da divulgação dos editais e de suporte às dúvidas. Outrossim, houve críticas em torno dos valores dos auxílios e bolsas, os quais são insuficientes para suprirem suas necessidades materiais durante a trajetória acadêmica (LIMA; KANIKADAN, 2020; POZOBON, 2019; SANTOS, 2019).

Além disso, apontaram dificuldades na tecnologia, no acesso para a realização das inscrições e na burocratização dos editais. Haja vista que, o lançamento deles ocorreu após o ingresso dos acadêmicos na instituição (LIMA; KANIKADAN, 2020).

Por consequência, os estudantes que ingressam nos primeiros semestres letivos ficam desassistidos dos programas, a exemplo daqueles de políticas de ações afirmativas, como o Programa Bolsa Permanência – PBP/MEC (LIMA; KANIKADAN, 2020; POZOBON, 2019; CARVALHO; DIAS, 2021).

E ainda, torna-se imprescindível pontuar que a maioria das instituições não perdura o período de recebimento das bolsas/auxílios até o fim do curso. Isso pode vir a prejudicar a permanência do discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em vista disso, é preciso de um planejamento para dar continuidade ao recebimento de bolsas/auxílios durante todo o tempo de integralização do curso, aliado aos demais materiais didáticos, transporte e restaurante universitário (RODRIGUES; SILVA, 2021; LESSA, 2017).

#### 4.2.3. Apoio pedagógico

A temática do apoio pedagógico, no âmbito da assistência estudantil, é uma lacuna não só de pesquisa, mas de execução, visto que é uma das ações do PNAES de menor atenção institucional. Pois, as universidades evidenciam mais as ações de transferência de renda do que as demais formas de apoio pedagógico e do trabalho interdisciplinar da equipe de profissionais (CARVALHO; DIAS, 2021; PASSOS, 2020; NASCIMENTO, 2019).

Com isso, Ioppi e Macedo (2021) explicam que ao proporcionar o acompanhamento pedagógico, favorece-se a permanência discente no ensino superior, no entanto, a fragilidade escolar não está associada à vulnerabilidade socioeconômica, bem como o público que procura o programa não são apenas de ações afirmativas.

E, corroborando com este aspecto, Mattos e Fernandes (2019) inferem que as políticas de permanência universitária têm favorecido os estudantes economicamente, mas pouco têm contribuído para que superem as suas dificuldades culturais e pedagógicas.

Neste sentido, o serviço de apoio pedagógico atinge a dimensão acadêmica voltada aos programas de apoio acadêmico e orientação pedagógica, as quais são adotadas, geralmente, aos alunos ingressantes (IOPI; MACEDO, 2021; NASCIMENTO, 2019; MOREIRA *et al*, 2018; BUENOS; FERNANDES, 2017).

Um exemplo disso são os módulos de monitoria/tutoria de disciplinas em fragilidade de aprendizagem e nivelamento, cursos, oficinas e palestras de formação acadêmica e pessoal (IOPI; MACEDO, 2021; LENTA, 2019; MOREIRA *et al*, 2018).

Bem como, planejamento de rotina, métodos de estudo, organização do tempo e adaptação à rotina universitária, grupos de estudo e de relaxamento (IOPI; MACEDO, 2021; DIAS, 2020; PAES; PEREIRA; CARMO, 2018; TOTI *et al*, 2017).

E, Lenta (2019) evidencia que os resultados dos serviços de apoio acadêmico (tutoriais, consultorias e workshops), realizados em uma universidade do Chile, trouxeram mudanças nos aspectos acadêmico e subjetivo dos discentes ingressantes.

Sendo assim, no campo acadêmico promoveu a geração de hábitos de estudos, uma melhor compreensão dos conteúdos das disciplinas e, conseqüentemente, no desempenho acadêmico. Já no campo subjetivo, gerou-se confiança em si mesmo e, socialmente, contribuiu para integração social e universitária (LENTA, 2019).

Nesse contexto, Nascimento (2019) propõe um plano de cobertura ao apoio pedagógico em suporte à permanência discente: “educação tutorial”, “workshops e minicursos”, “conhecimento da realidade profissional” e “plantão de orientação aos estudos”.

Logo, esta proposta engloba as demais experiências de apoio acadêmico relatadas na revisão da literatura.

E ainda, as ações em torno da difusão do conhecimento da realidade profissional privilegiam informações sobre o curso e suas possibilidades de atuação profissional, como bem pontuado pela autora. Por isso, esse tipo de atividade pode ser iniciado antes e após o ingresso dos estudantes à graduação, uma vez que a evasão do curso e/ou da universidade se dá pela não identificação com o mesmo (NASCIMENTO, 2019).

Nesse sentido, os programas de apoio acadêmico precisam ser institucionalizados para, assim, serem realizadas ações integradas de prevenção ao desligamento, à evasão e à retenção dos estudantes.

Um exemplo disso foram os programas de acompanhamento do desempenho acadêmico e de apoio e orientação pedagógica exemplificados por Canal e Figueiredo (2021), Ioppi e Macedo (2021) e Bueno e Fernandes (2017).

Quanto ao Programa de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico (ADA), apresentado por Canal e Figueiredo (2021), promoveu estratégias de acompanhamento discente envolvendo a Pró-Reitoria de Graduação e os colegiados de curso, assim como realizou o planejamento conjunto, entre o estudante e o colegiado de curso, das etapas necessárias para integralização curricular.

E ainda, o programa institucional de apoio acadêmico e projeto de ensino voltados aos alunos com 50% de reprovação, contribuíram para com a permanência nos cursos de graduação, revelando que 75% dos discentes assistidos tiveram êxito no processo acadêmico, reduzindo-se, portanto, a evasão (CANA; FIGUEIREDO, 2021).

Em suma, nota-se que dentre as produções científicas analisadas que abordaram sobre o apoio pedagógico, não fizeram referência específica ao atendimento da área estratégica do PNAES quanto ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

#### 4.2.4. Ações simbólicas

As ações simbólicas, como as da rede de apoio e apoio social, como elementos da afiliação universitária, também foram destacadas nos resultados das pesquisas, como estratégias de permanência universitária, sobretudo, para os casos dos estudantes residentes de moradia estudantil (LACERDA; YUNES; VALENTINI, 2021; MATTOS; FERNANDES, 2019; SOARES, 2018).

Um exemplo disso, são os estudantes que vieram de outras cidades e estados, sem referência de parentes na localidade da universidade. Mediante isso, destaca-se o suporte da família e dos amigos, os quais são os propulsores relacionais e protetores em diferentes situações (LACERDA; YUNES; VALENTINI, 2021).

E, nesse aspecto, Mattos e Fernandes (2019) também reforçam que o vínculo com os demais é relevante e contribui para a permanência universitária, inclusive, torna-se uma estratégia importante para eles superarem as suas dificuldades na graduação.

Ademais, o apoio institucional, as ações da política de assistência estudantil, as relações de proximidade com a equipe, a boa relação professor-aluno, o sentimento de acolhimento, o sentir-se estimulado pela instituição a prosseguir os estudos e o apoio da família e amigos são indicadores simbólicos da permanência no curso (CINTRA; SOUZA; FAVA, 2021; ANDRADE; SANTOS; SÁ, 2017).

Bem como, os projetos sociopsicopedagógicos interventivos e os atendimentos especializados (psicológico, médico, social, pedagógico), os quais auxiliam os estudantes nas fases de acesso, acolhida, adaptação, sensações de insegurança e superação das dificuldades (ANDRADE; SANTOS; SÁ, 2017; PASSOS, 2020; LACERDA; YUNES; VALENTINE, 2021).

E o apoio dos professores, colegas, do Núcleo de Acessibilidade, bem como a infraestrutura física da instituição foram apontados como principais indicadores para a permanência na universidade de estudantes com deficiência, conforme a pesquisa de Lima (2021b). Pois, o Núcleo é o articulador entre a instituição e seus membros, do contrário as ações acontecem de forma isolada e desarticulada e tornam-se barreiras para a permanência.

Neste sentido, as ações de rede de apoio e apoio social cooperam na construção do pertencimento do espaço e na identidade do sujeito universitário (afiliação), na superação de conflitos, da distância da família e amigos, das dificuldades materiais/financeiro e até da escolha do curso (LACERDA; YUNES; VALENTINI, 2021; ANDRADE; SANTOS; SÁ, 2017; SOARES, 2018).

Quanto à afiliação universitária, Alain Coulon (2021) explica que é o processo de aprendizagem pelo qual o acadêmico transita de sua saída do ensino médio para o universo universitário, sobre o qual descobre novos códigos institucionais e intelectuais, orais e escritos, indispensáveis ao ofício de estudante.

Todavia, o autor elucida que o estudante que encontra dificuldades de se adaptar a esse novo universo acadêmico poderá estar fadado ao fracasso, à evasão e à desistência, com isso não consegue se afiliar a essa nova realidade. Neste sentido, a afiliação é uma das condições

para a permanência (COULON, 2021).

E esse fato é constatado através dos dados estatísticos do Censo da Educação Superior de 2019 do INEP em que 38% dos ingressantes de 2010 já desistiram de seu curso de entrada ao final do 3º ano (BRASIL, 2021). Sendo assim, a dificuldade de afiliação universitária é uma das causas da evasão.

#### 4.2.5 Atenção à saúde (apoio psicossocial)

As investigações sobre o sucesso acadêmico voltam-se mais ao desempenho acadêmico, como objeto de atenção das políticas públicas, como o PNAES, e de pesquisadores, por apontarem indicadores acessíveis para diagnóstico e monitoramento da retenção e evasão. Mas também, é relevante considerar o desenvolvimento psicossocial dos estudantes do ensino superior, observando-se o processo de maturidade psicológica e social (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Então, Andrade e Teixeira (2017) explicam que o desenvolvimento psicossocial é um importante indicador de reconhecimento pessoal e de participação social. Logo, é um fator de inclusão social, pois na medida em que o indivíduo se valoriza, toma atitudes relacionais e sociais de respeito e valorização do outro, também fortalece sua identidade e seu compromisso com determinados objetivos pessoais e profissionais, elevando-se, assim, sua autoestima e satisfação.

Portanto, espera-se que com o desenvolvimento psicossocial os estudantes possam desenvolver habilidades de aprendizagem e de expressão de ideias e, conseqüentemente, as competências técnicas e instrumentais para a profissão (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

E ainda, os referidos autores apontam que o desenvolvimento psicossocial é condicionado também pela adaptação acadêmica e pelas condições de apoio pedagógico proporcionado pela instituição.

Com isso, para esse processo, o acompanhamento discente pelos profissionais de psicologia é ressaltado por Oliveira e Gomes (2019). As autoras também apontam para um trabalho de equipe com os demais profissionais da assistência estudantil, sobre o qual precisa-se promover vivências universitárias de reflexão e emancipação para além das demandas dos sujeitos.

Dessa maneira, objetiva-se ampliar a humanidade e contemplar as dimensões das emoções vivenciadas, em contraposição às vivências de sofrimento ético-político, presentes em injustiças sociais e não reconhecimento de direitos. Pois, tais práticas reproduzem

exclusão e sofrimento psicossocial (OLIVEIRA; GOMES, 2019).

E, complementando, Soares (2018) aponta a necessidade do desenvolvimento de grupos de apoio (afiliação), enquanto uma política institucional de permanência. Para isso, sugere uma maior abrangência da assistência psicológica através de ações coletivas voltadas aos discentes.

Além disso, Soares (2018) recomenda a ampliação desse trabalho aos servidores da instituição, pois eles possuem relevância na dinâmica da universidade e precisam de cuidado integral.

Já Santos (2021) ressalta a importância do campo de atuação da terapia ocupacional para a promoção de ações intersetoriais de atenção aos estudantes. Assim, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) destinam-se ao cuidado da saúde mental, no sentido de fortalecer a permanência estudantil.

Dessa maneira, conclui-se com a sugestão de Andrade e Teixeira (2017) de que o desenvolvimento psicossocial é um importante aspecto a ser analisado na avaliação de uma política pública de inclusão, como o PNAES.

#### 4.2.6 Apoio multiprofissional

O trabalho interdisciplinar de uma equipe com profissionais de diversas áreas promove o atendimento aos discentes desde o acolhimento, acompanhamento e identificação daqueles que necessitam de apoio. E ainda, desenvolve os estudos de casos e encaminhamentos internos para atendimentos especializados (psicológico, médico, social, pedagógico) e externos à instituição (CARVALHO; DIAS, 2021; PASSOS, 2020; PAES; PEREIRA; CARMO, 2018; CINTRA; SOUZA; FAVA, 2021).

Sendo que, a partir de ações como o apoio acadêmico, atividades interdisciplinares e estudos de casos, identificam-se e realizam-se os encaminhamentos para os demais atendimentos especializados de suporte aos estudantes, seja interna ou externamente à instituição de ensino (DIAS, 2020; PAES; PEREIRA; CARMO, 2018).

Entretanto, as instituições possuem poucos ou inexistem profissionais no quadro de sua equipe, sobretudo em setores da assistência estudantil, para que possam subsidiar as demandas estudantis e institucionais para execução da política de permanência estudantil (OLIVEIRA; GOMES, 2019; POZOBON, 2019).

Neste aspecto, o PNAES não prevê uma equipe mínima de profissionais para atuação e execução das dez áreas estratégicas, ou seja, para atender às demandas interdisciplinares dos

alunos. Pois, apenas indica que as IES e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as desenvolvam considerando suas especificidades e às necessidades identificados de seus discentes (BRASIL, 2010a).

E, a implementação de ações de assistência estudantil ocorrerão conforme a dotação orçamentária anual, a ser repassada às instituições (BRASIL, 2010a). Desta maneira, limita-se a quantidade de beneficiários, deixando outros desassistidos.

#### 4.2.7 Inclusão e acessibilidade

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR950), acessibilidade é definida como "a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida".

Já o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC, de 2008, aponta que na educação superior a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos (BRASIL, 2008).

Para isso, estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

Neste sentido, o governo federal, por intermédio do MEC, desenvolve o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir como estratégia de permanência da pessoa com deficiência, uma vez que fomenta financeiramente a criação ou reestruturação de Núcleos de Acessibilidade das IFES.

Todavia, Maciel e Anache (2017) pontuam que para implementação do programa não houve diálogo com as IES e não consideraram as especificidades das pessoas com deficiência e as iniciativas já existentes das instituições. Além disso, ele está restrito à esfera federal e não prevê a formação de professores no recebimento de novos acadêmicos e, por fim, o financiamento é insuficiente.

Ademais, é primordial que as instituições de ensino superior implementem resoluções internas para a garantia do cumprimento das diretrizes e leis de inclusão e acessibilidade,

realizem adequações curriculares, disponham de tecnologias assistivas, assim como desenvolvam treinamento dos docentes e a conscientização da comunidade acadêmica para o atendimento dos diversos tipos de deficiência no ambiente universitário (OLIVEIRA; MELO; MEDINA, 2021; LIMA, 2021b).

#### 4.2.8 Pesquisa e extensão

Entre as ações de pesquisa e extensão desenvolveram-se os seguintes aspectos: a formação acadêmica e profissional dos discentes; a prática dos conhecimentos teóricos em alguma área específica da formação do curso; o trabalho de campo; a leitura e a escrita científica e a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos (PEREIRA *et al*; 2017; MONTALVÃO *et al*, 2020; COUBE, 2021).

Dessa maneira, essas ações podem contribuir para a fase de afiliação, explicada por Coulon (2020), com a descoberta de novos códigos institucionais e intelectuais. Portanto, permite o desenvolvimento da escrita científica e sua exposição oral.

Além disso, Pereira *et al* (2017) relatam que as atividades de extensão foram voltadas para projetos de formação profissional, sociais, culturais, artísticos e esportivos. Já os recursos financeiros foram destinados para custear equipamentos e materiais permanentes e de consumo, bem como com serviços e pagamentos de bolsas dos estudantes envolvidos.

Assim, a execução das atividades extensionistas e de pesquisa permitem o desenvolvimento de habilidades como o engajamento social, o trabalho em equipe e a criação de ideais em prol da comunidade interna e externa à instituição. E ainda, os autores apontaram que essas ações favoreceram tanto para a permanência estudantil, quanto na formação acadêmica e profissional dos discentes.

#### 4.2.9 Ferramentas multiprofissionais

As tecnologias de informação e comunicação e seus especialistas subsidiaram na implementação de ferramentas que atendessem às demandas apresentadas pelos estudantes e às áreas de conhecimentos dos profissionais da assistência estudantil.

Com isso, Rodrigues e Silva (2021) propuseram através de sistema software, o “Sistema de Acompanhamento da Realidade do Estudante” (SARE), o qual permite coletar e processar os dados para gerar o mapa de vulnerabilidades materiais e simbólicas, bem como apontar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, além de gerar as interfaces

de entrevistas e seleção de estudantes beneficiários para auxílios estudantis.

Já Santos (2019) implementou um produto/protótipo para acesso à informação através de um assistente virtual no aplicativo do WhatsApp, visando melhorar a divulgação e o esclarecimento de dúvidas dos editais. Com isso, contribuiu para o aperfeiçoamento da comunicação, divulgação dos editais e dos demais programas de assistência estudantil.

E com relação à questão dos valores dos auxílios e bolsas, Cintra, Souza e Fava (2021) propuseram uma fórmula de escalonamento acerca disso, considerando as diferenças no percentual aplicado na majoração.

Com isso, objetivou-se equalizar as diferentes condições de vulnerabilidade dos estudantes assistidos e atingir a maior quantidade de alunos, mediante o contingenciamento de despesas e corte no orçamento (CINTRA; SOUZA; FAVA, 2021).

#### 4.2.10 Estrutura física

A literatura apontou, como ações institucionais frente à evasão e promoção da permanência estudantil, os seguintes investimentos: ampliação e reforma da estrutura física da instituição de ensino como laboratórios, aquisição de materiais, equipamentos, acervos bibliográficos, criação de residência/moradia universitária, de restaurantes universitários, de creches e adaptação da estrutura interna para atendimento à acessibilidade (ARAÚJO, 2019; LESSA, 2017; OLIVEIRA; MELO; MEDINA, 2021).

Já em relação à questão da acessibilidade, há instituições de ensino que carecem de ampliação e estrutura física adequada, conforme apontaram Oliveira, Melo e Medina (2021). Sendo assim, tais adaptações devem atender à legislação e aos direitos da pessoa com deficiência, as quais precisam desse apoio para ir e vir de forma plena e, dessa maneira, ser uma das garantias de permanência e conclusão no curso.

E em relação às necessidades de estudantes com filhos abaixo de seis anos, sobretudo de estudantes-mães, a criação de creches vem atender a demanda de conciliar estudo com os cuidados dos filhos. Todavia, apenas uma instituição promoveu a criação dessa infraestrutura, conforme exemplificado por Araújo (2019). Pois, ela requer espaço adequado para as crianças, como brinquedotecas e berçários, além de recursos humanos.

Porém, as demais instituições identificadas na literatura promoveram essa necessidade estudantil, por meio do repasse financeiro do auxílio-creche, como mecanismo de combate à evasão universitária e atendimento a esse direito social (SOARES; DIAS, 2018; SANTOS *et al*, 2021).

Assim, a criação, ampliação e adaptação da infraestrutura física das instituições de ensino superior é um fator importante dentre as ações de combate à evasão universitária e da garantia de direitos socioeducacionais. Portanto, deve ser considerada também na política de permanência estudantil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as ações favorecedoras da permanência dos estudantes dos cursos de graduação, que minimizem o fenômeno da evasão universitária.

Diante disso, constatou-se que existem ações de apoio estudantil contemplando as áreas estratégicas do PNAES, tais como em apoio pedagógico, inclusão digital, moradia, apoio financeiro e material e, para além deste como o apoio simbólico e o apoio multiprofissional.

Porém, identificaram-se lacunas da pesquisa sobre o apoio pedagógico quanto ao acesso e participação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Pois, as ações de transferência de renda são as que mais destacam-se pelas instituições de ensino superior, encobrendo-se às demais formas de apoio interdisciplinar e ações interventivas de suporte às necessidades reais dos discentes que contribuam em minimizar a evasão escolar.

Para tanto, precisa-se fomentar também ações voltadas às dificuldades simbólicas, de afiliação, culturais, psicossociais e de apoio pedagógico dos discentes e, desta maneira, trazer mais equidade entre as ações de permanência estudantil.

E, ainda, essas ações precisam ser problematizadas e executadas de maneira integrada pelas equipes multidisciplinares da assistência estudantil e demais setores da instituição, por meio do desenvolvimento de programas institucionais.

Dito isso, nota-se que as IES não possuem programas em todas as áreas estratégicas do PNAES tais como creche e atenção à saúde e, paralelo a isso, possuem poucos profissionais, sobretudo em setores da assistência estudantil, o que compromete o suporte às demandas estudantis, institucionais e de execução da política de permanência estudantil em sua plenitude.

Portanto, compreende-se que para a realização das ações de permanência é necessário diagnosticar, primeiramente, as necessidades acadêmicas dos estudantes, para seguir-se a um aprofundamento nas formas de intervenção, em atendimento ao combate à evasão universitária.

Bem como, são necessárias formações contínuas dos servidores frente às situações acadêmicas e de suporte aos discentes, como por exemplo: realização de encontros de profissionais, técnicos e docentes, para melhor compreensão da realidade e perfil dos

acadêmicos, para com isso traçar estratégias necessárias em atendimento às demandas destes.

Ademais, conclui-se que as ações de permanência estudantil não se traduzem apenas ao volume de recursos envolvidos e transferidos aos estudantes, embora desempenhe um papel importante nesse processo.

Portanto, as demais ações como a de apoio simbólico, afiliação, pesquisa e extensão, estrutura física, intervenções multiprofissionais também são essenciais para que assim haja mais equidade entre elas e, além disso, precisam ser institucionalizadas e eficazes para a garantia da permanência.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Thaís Saalfeld; SANTOS, Keli Avila dos; SÁ, Irena. Longe de casa: rodas de conversa e intervenções na casa do estudante universitário - CEU/FURG. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2017. **Anais eletrônicos...** Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2017. Disponível em: [https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq\\_trabalhos/12470/seer\\_12470.pdf](https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/12470/seer_12470.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.
- ANJOS, Nivia Barreto; ANDRADE, Ângelo Francisco de Souza; NASCIMENTO, Nelian Costa; ANDRADE, Tailan Bomfim. A assistência estudantil no IF Baiano Campus Santa Inês em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Macambira**, v. 5, n.1, jan/jun, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35642/rm.v4i1.559>
- ARAUJO, Jaqueline Trindade. **Tensões entre evasão e permanência no ensino superior: uma análise a partir do curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – campus de Jequié**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) – Universidade Estadual Sudoeste da Bahia, Jequié, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010a. Seção 1, p. 5.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010b.
- \_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. – Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 13 dez. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 010.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 13 dez. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 13 dez. 2021.
- \_\_\_\_\_. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da**

**Educação Inclusiva.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020a. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735> >. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASÍLIA. Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, 2004. Brasília, 2009. 175 p.

\_\_\_\_\_. Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidade Públicas Brasileiras. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas – ANDIFES/ABRUEM/ SESU/MEC, 1996. Brasília, 1996.

BUENO, Irma Antonieta Gramkow; FERNANDES, Letícia Prezzi. Apoio pedagógico como forma de assistência à permanência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EM LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2017. **Anais eletrônicos...** Córdoba: UNC, 2017. Recuperado a partir de: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1555>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CANAL, Cláudia Patrocínio Pedroza; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Permanência na educação superior pública: experiência de política de acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes. **Revista Docência e Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.24242>

CARVALHO, Evelin Sarmiento de. **Permanência na Educação Superior:** Contribuições da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Cabedelo*. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CARVALHO, Evelyn Raquel; DIAS, Maria Sara de Lima. A assistência estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n.3, p. 21-35, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.490>

CHAVES, Lúcia Claudia Alves; LIOI, Lucas Molina; RODRIGUES, Gustavo Araujo. Desafios da implementação do ensino remoto em entidade de ensino pública no estado do Amapá. **Práticas em contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, p. 1-22, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2319-0485/praticas.v9n3e14563>

CINTRA, Renato Fabiano; SOUZA, Gabriel Viana de; FAVA, Helder de Lima. Cavalos dão se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 7(3), p. 710-721, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/comsus.v7i3.26311>

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de Assistência Estudantil. 200. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COUBE, André Luiz da Silva. A pesquisa como um meio para a permanência no ensino superior público: o caso do Programa de Bolsa de Desenvolvimento acadêmico na Universidade Federal Fluminense. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.499>

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out-dez, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Trabalho interdisciplinar e equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes do ensino superior. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 47, p. 215-240, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19091/reced.vi0.906>

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior - 2014. ANDIFES, Uberlândia, 2016.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 61-66.

IOPPI, Luiza Souza; MACEDO, Janaína Santos. Políticas de Permanência: análise do programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 48-63, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.492>

LACERDA, Izabella Pirro; YUNES, Maria Angela Mattar; VALENTINI, Felipe. Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8663399>

LENTA, Rodolfo Martinic. ¿Qué hay tras la permanencia universitaria? Los cambios más significativos en el acompañamiento Académico. **Education and Research**, São Paulo, v. 45, p. 1-20, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945190724>

LESSA, Simone Eliza do Carmo. Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 155-175, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.30381>

LIMA, Alan Lucas de Oliveira; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita. Estratégias de

permanência no ensino superior para povos indígenas em uma universidade federal. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 23, p. 276-294, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29148/revista%20labor.v1i23.44085>

LIMA, Jaqueline Soares. A assistência estudantil na universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021a. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.504>

LIMA, Luciana Piccini Moreira. **Inclusão e permanência na universidade de Brasília: desafios dos estudantes de graduação com deficiência**, 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2021b.

MACIEL, Carina Elisabeth; ANACHE, Alexandre Ayach. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras. **Revista Educar**, Curitiba, v. 33, p. 71-86, dez, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zWvLd4CmZv7ZTnVYMNfr9kp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2021.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**. v. 14, n. 29, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20361>

MEDEIROS, Diego Souza de; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. A assistência estudantil numa universidade pública estadual: um estudo à luz das repercussões da Covid-19. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Jairo+Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 26 dez 2021.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, v. 46, n. 2, p. 385 - 407, 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE FLUXO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2017.

MONTALVÃO, C.S.L.L.; SANTANA, D.; NASCIMENTO, L.V.O.; OLIVEIRA, N.R.S; SANTOS, P.J.G.; PEREIRA, V.C.D. Grupos PET Conexões de Saberes como instrumento de permanência no ensino superior. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 59-83, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/REPET-TL/article/view/10230>. Acesso em: 10 ago 2021.

MOREIRA, A.C.G.S.S.; SOUZA, M.A.; SOUZA, R.S.S; MEDEIROS, C.L.S. Ações afirmativas e de permanência em uma universidade pública federal: um relato de prática profissional e de vivência estudantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018. **Anais...** Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/28618>. Acesso em: 10 agos 2021.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUSSI, R.F.F.; MUSSI, L.M.P.T.; ASSUNÇÃO, E.T.C.; NUNES, C.P. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista de Saúde e Educação**, RJ, v. 7, n. p. 414-430, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.4119>

NASCIMENTO, Emily da Silva. **A permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba**: proposição de um plano para o apoio pedagógico. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa; MIRANDA, Áquila Bruno; SACRAMENTO, Cristina Carla. Universidade e saúde mental: oferta de cuidado psicossocial a estudantes universitárias/os/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+ no período de pandemia da COVID-19. **Revista e-hum**, v.14, n1, 2021. Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dchla/article/view/3287>. Acesso em: 26 dez. 2021.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de; GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva. Limites e avanços da política de permanência: implicações para afetos e vivências no ensino superior. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, v.3, n. 2, p.1-15, maio/ago, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/OBv3n2.a2019-51564>

OLIVEIRA, Marja Diane Pereira Brito de; MELO, José Wilson Rodrigues de; MEDINA, Patricia. Acessibilidade no ensino superior: políticas públicas para pessoas com deficiência na UFT. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 54, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3767>. Acesso: 26 dez. 2021.

PAES, Rhena Schuler da Silva Zacarias; PEREIRA, Jovana Paiva; CARMO, Gerson Tavares do. Ações para permanência escolar no Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Guarus. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2018. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: PB, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44356>. Acesso em: 20 jul 2021.

PASSOS, Francy Laura Correia Gomes dos. **A permanência dos alunos cotistas nos cursos de engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco**: um estudo de caso na unidade acadêmica do Cabo de Santo Agostinho – PE. 2020. 148 f. Dissertação (Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

PEREIRA, P.C.; ELIAS, A.; FERREIRA, E.R.A.; BESSA, J.A.; SILVA, L.M. As atividades de extensão como estratégias de permanência e êxito de estudantes do IFTM. Livro *Processos e Práticas de Ensino no IFTM*. **Periódicos do IFTM**, Uberaba, p. 93-108, 2017. Disponível em: <http://periodicos.iftm.edu.br/index.php/livrosproen/article/view/200>. Acesso em: 20 jul 2021.

PLATTO, Sara.; WANG, Yanqing.; ZHOU, Jinfeng.; CARAFOLI, Ernesto. History of the COVID-19 pandemic: Origin, explosion, worldwide spreading. **Biochemical and Biophysical Research Communications**. v. 538, p. 14-23, jan., 2021.

DOI:10.1016/j.bbrc.2020.10.087.

POZOBON, Luciane Leoratto. **Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior**. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

PRADA, Talita; COSTA, Paula Medeiros; BERTOLLO-NARDI, Milena. Covid-19 e a contribuição da assistência estudantil para a permanência acadêmica. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 128-144, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.497>.

RESUMO TÉCNICO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

ROCHA, A.M.C.; SILVA, L.Y.L.; SILVA, D.C.; SANTO, P.S.M.F.E. Uma canoa na tempestade: o acolhimento psicológico emergencial na Pandemia da Covid-19. **Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 13, n. 2, maio-agos, 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912021000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000200009). Acesso em: 26 dez. 2021.

RODRIGUES, Sonia Caranhato; SILVA, Samuel Barbosa Costa da. Sistematização e informatização na assistência estudantil: mapear vulnerabilidades para fortalecer a permanência e o êxito. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-195>

SANTOS, E.H.M.; MENDES, R.O.; MOREIRA, A.C.G.S.S.; SANTOS, C.K. A assistência estudantil e a Covid-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202121>

SANTOS, Ervelley Moreira Cardoso dos. **Assistência à saúde mental de estudantes universitários: possibilidades da terapia ocupacional**, 2021. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Educacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SANTOS, Fabiana Ramalho dos. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: contribuições e impasses para permanência e êxito do estudante do curso de pedagogia**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira; DIAS, Marly de Jesus Sá. Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018. **Anais eletrônicos...** Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22243>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOARES, Monalisa Peixoto. **Oficina de criatividade como recurso para permanência: uma pesquisa-ação com estudantes universitários**. 2018. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina

Grande, 2018.

SOUZA, A.C.S.; JÚNIOR, A.M.M; OLIVEIRA, C.N.O; MATTOS, L.M.C. Cenários prospectivos da gestão universitária em tempos de pandemia: as universidades estaduais da Bahia e as políticas de permanência estudantil. XX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2021. **Anais eletrônicos...**UFSC, 2021.

SOUZA, Marcelo Pereira. Perspectiva quali-quantitativa no método de uma pesquisa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, nº 11. **Anais eletrônicos...** 2018. Recuperado de <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/8668>. Acesso em: 05 abr. 2022.

TOTI, M.C.S.; XAVIER, A.R.C.; OLIVEIRA, E.; RIBEIRO, L.M.O. O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma universidade federal brasileira. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EM LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2017. **Anais eletrônicos...** Córdoba: UNC, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Clabes2017.pdf>. Acesso em: 20 jul 2021

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de Permanência no Ensino Superior Público em Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal**, Arizona, v. 25, p.1-33, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275050047114>. Acesso em: 25 jul 2021.